

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.132 - MS (2018/0234061-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : LINE LIFE CARDIOVASCULAR, COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS
E HOSPITALARES EIRELI
ADVOGADO : ANDRÉ MESSER - SP206886
AGRAVADO : PROCARDIO CENTRO CARDIO RESPIRATORIO LTDA
ADVOGADOS : MANSOUR ELIAS KARMOUCHE - MS005720
MAX LÁZARO TRINDADE NANTES - MS006386
JEAN BENOIT DE SOUZA E OUTRO(S) - MS010635

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por LINE LIFE CARDIOVASCULAR, COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI contra a decisão que deu provimento ao recurso especial para afastar a responsabilidade da recorrente pela indenização por danos morais e para condenar a parte recorrida ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Em suas razões, a agravante aduz que os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa porque o montante fixado sobre o valor da causa se mostra irrisório.

Impugnação às fls. 229/230 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O agravo interno merece prosperar.

No caso dos autos, o tribunal de origem julgou parcialmente procedente a ação indenizatória ajuizada em face da recorrente, condenando-a a pagar indenização a título de danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo protesto indevido de título.

Além disso, manteve os honorários advocatícios de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, conforme fixado na sentença de fls. 75/80 (e-STJ).

Ocorre que tal condenação foi afastada com o provimento do recurso especial e os honorários advocatícios foram arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa com base no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

No entanto, a Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial nº 1.746.072-PR, decidiu que o § 8º do art. 85 do CPC/2015 é norma de caráter excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, permitindo, assim,

Superior Tribunal de Justiça

que a verba honorária seja arbitrada por equidade.

Na ocasião, o Ministro Raul Araújo, relator para o acórdão, apresentou as seguintes conclusões:

“(...) a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado”.

“(...) a equidade prevista pelo parágrafo 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa” (grifou-se).

Eis a ementa do acórdão:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por

Superior Tribunal de Justiça

cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

Com efeito, o caso é de fixação da verba honorária por equidade com base no art. 85, § 8º, do CPC/2015 porque o valor atribuído à causa, de R\$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais), se mostra irrisório.

Assim, nos moldes do artigo 85, § 8º, do CPC/2015, condeno a parte recorrida ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), que se mostra adequado aos limites legais e às peculiaridades da causa (grau de zelo do profissional, lugar de prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço).

Ante o exposto, dou provimento ao agravo interno para fixar os honorários advocatícios em R\$ 3.000,00 (três mil reais) em favor dos advogados da parte agravante.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator